

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2019

Uma clara melhoria da situação financeira da Fundação Luso-Africana para a Cultura (FLAC) esteve na base da concepção de um plano de actividades mais alargado do que no ano antecedente, cobrindo os tradicionais três grandes eixos de actuação da FLAC: Angola, Moçambique e, particularmente, Guiné-Bissau, país em relação ao qual as actividades da Fundação vinham sendo, desde 2017, sucessivamente limitadas. Era, portanto, objectivo da Direcção da FLAC inverter este quadro.

Mas o agravamento substancial da situação política na Guiné-Bissau inviabilizou a concretização do objectivo supra-referido e, não obstante os esforços encetados no sentido de manter, e até mesmo revitalizar, o programa de cooperação Portugal-Guiné-Bissau, em 2019, a FLAC foi forçada a suspender este eixo fundamental da sua actuação.

Face ao exposto, e contrariamente aos objectivos traçados para 2019, neste ano as actividades da FLAC centraram-se exclusivamente nas seguintes vertentes:

1. Cooperação Portugal - Angola
2. Cooperação Portugal – Moçambique

1. COOPERAÇÃO PORTUGAL-ANGOLA

O carácter pacífico que assumiu a transição política em Angola e a gestão que vem sendo feita, pelo novo presidente, João Lourenço, dos riscos apresentados pelo quadro político e económico-financeiro do país, permitem que Angola se venha afirmando como um dos Estados mais estáveis de toda a África Subsaariana.

Mas para a manutenção deste quadro, e tendo em consideração os riscos que subsistem – nomeadamente perante a deterioração das condições de vida da população e as consequências que daí poderão advir, nos planos social e político – é urgente para o país, **garantir o relançamento da sua economia, o saneamento das finanças públicas** (objectivos para cuja concretização será essencial o apoio dos parceiros externos e o aumento dos fluxos de investimento internacional) e **assegurar um clima de estabilidade social.**

A **Política Externa** é outra das prioridades do novo Executivo que pretende **estender a base de relações externas de Angola a um conjunto mais alargado de países, principalmente do mundo Ocidental**, diminuindo uma dependência considerada excessiva da República Popular da China. Uma intensa agenda diplomática à qual não será alheia a necessidade de alargar e diversificar as fontes de investimento externo de que o país tanto necessita, tal como resulta do anteriormente exposto.

Neste contexto, ao longo de 2019, a FLAC levou a cabo um conjunto de actividades, dentro dos limites que resultam da sua missão estatutária, com vista a contribuir para a concretização daqueles objectivos. Actividades, no essencial desenvolvidas ao longo de quatro grandes linhas, a saber:

- Organização de conferências, seminários e jantares-debate com foco nas temáticas supra-referidas;
- Disseminação em meios de comunicação social nacionais (televisão, rádio, jornais e plataformas *online*) de conteúdos sobre a realidade angolana e os desafios que se colocam ao país na actual conjuntura;

- Elaboração de relatórios técnicos e análises de fundo (para divulgação nacional e internacional) sobre a temática angolana nas suas dimensões política, económica, social, demográfica e securitária;
- Realização de briefings institucionais e empresariais com incidência nas problemáticas identificadas nos pontos anteriores.

Trabalhando ao longo deste quatro vectores, a FLAC procurou contribuir para que os vários sectores da sociedade portuguesa, assim como múltiplos parceiros internacionais, tomassem conhecimento das mudanças em curso em Angola, dos objectivos estratégicos do país, do seu potencial, das oportunidades que apresenta em matéria de cooperação e investimento, principalmente num contexto de reconversão da economia e face ao papel que nela podem vir a desempenhar empresas, técnicos e especialistas portugueses.

Paralelamente, e tal como em anos anteriores, deu-se continuidade ao projecto “**Quem é Quem Angola**”, um trabalho constante de acompanhamento e monitorização da realidade angolana (nas suas múltiplas vertentes), sua evolução, protagonistas e agentes de mudança.

2. COOPERAÇÃO PORTUGAL – MOÇAMBIQUE

Considerada das mais promissoras economias de toda a África Austral, Moçambique encontra-se, uma vez mais, numa encruzilhada. Rico em recursos naturais, a concretização do potencial do país permanece, porém, adiada por força de factores internos que têm vindo a elevar o seu risco político, económico-financeiro e securitário.

No plano político, o ano de 2019 foi marcado pela assinatura, entre os líderes da FRELIMO, Filipe Nyusi, e da RENAMO, Ossufo Momade, do

novo Acordo Geral de Paz, procurando pôr fim à instabilidade política e militar que havia regressado a Moçambique em 2014, depois do principal partido da oposição, a RENAMO, ter recusado aceitar os resultados das eleições gerais desse ano. O Acordo vinha, assim, abrir portas a uma paz que se pretendia definitiva e a uma verdadeira reconciliação nacional.

Mas apesar dos progressos alcançados, persiste um clima de tensão. A reintegração dos ex-combatentes da RENAMO nas Forças Armadas e nas forças de segurança do país é um assunto ainda em aberto. Um obstáculo a que acresce a fragmentação da RENAMO e as acções violentas e disruptivas levadas a cabo pela ala dissidente do partido, que não se revê na liderança de Ossufo Momade.

O quadro económico-financeiro apresenta também alguns riscos. O processo das chamadas “dívidas ocultas” permanece por resolver e as responsabilidades (nomeadamente no plano judicial) por apurar. Credores, doadores e parceiros internacionais interromperam a ajuda ao país com enorme prejuízo para a sustentabilidade das contas do Estado (em situação de falência).

Os sucessivos atrasos nos projectos de exploração/produção de gás natural têm inviabilizado o tão esperado *boom* económico, situação ainda mais agravada no ano de 2019 por força dos ataques terroristas de inspiração jihadista na região norte do país, onde se encontram as principais multinacionais a operar no sector.

Perante este quadro, tornou-se ainda mais premente, o tradicional trabalho que a FLAC tem procurado desenvolver e ao qual deu continuidade em 2019, no sentido de:

- Contribuir para a manutenção de canais de comunicação e diálogo entre os diferentes actores e partes em conflito e, deste modo, ajudar à conservação da paz e estabilidade no país - para o efeito, a FLAC reforçou o seu trabalho junto dos actores no terreno (com quem mantém relações próximas), através de contactos directos em diversos meios da sociedade moçambicana (políticos, diplomáticos, religiosos, entre outros)
- Promover uma crescente aproximação entre Portugal e Moçambique também no plano económico, actuando junto de empresas que desenvolvem (ou podem vir a desenvolver) as suas actividades em Moçambique e/ou que têm interesses no país – para o efeito, a FLAC levou a cabo, uma vez mais, um ciclo de conferências, reuniões e jantares-debate visando o esclarecimento e uma maior consciencialização do tecido empresarial português para o potencial económico moçambicano e para o papel que as empresa portuguesas poderão ter na retoma e estabilização económica do país;
- Potenciar o desenvolvimento de relações culturais e científicas entre Portugal e Moçambique, desde logo com vista a ajudar à capacitação de recursos humanos moçambicanos, factor central para o desenvolvimento do país – para a prossecução deste objectivo a FLAC voltou a apostar nas suas actividades de formação, recorrendo a um leque diversificado de académicos e outros especialistas nas diferentes áreas que interessam ao desenvolvimento do país.

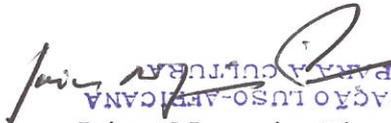
Fez igualmente parte dos esforços da FLAC, uma tentativa – que julgamos ter sido de sucesso – de divulgação da real dimensão da situação de

segurança no país, com vista a promover, em Portugal, uma maior consciencialização não só do problema, mas também do papel que Portugal poderá ter na melhoria do quadro securitário em Moçambique.

Não menos importante foram os projectos de assessoria autárquica, aos quais a FLAC continuou a dar seguimento ao longo de todo o ano de 2019.

Lisboa, 23 de Junho de 2020

O Conselho de Administração


Prof. Doutor Jaime Nogueira Pinto


Eng. José Luís Tavares de Andrade